

O Documento MIP

Metainformação para a interoperabilidade ■

A INTEROPERABILIDADE EQUIVALE à capacidade de recursos de informação, sejam eles exclusivos de uma organização ou partilhados por várias organizações ao nível da responsabilidade de criação, serem reconhecidos, identificados e manipulados através de atributos que são colectivamente aceites e interpretados. A existência de um conjunto de elementos comuns a todos os recursos permite o reconhecimento imediato, mediante a observação desses elementos, da natureza e tipo de recurso existente.

A interoperabilidade tem também como vantagem a possibilidade de um determinado recurso ser reutilizado sem ser necessário recorrer a descrição adicional do mesmo. Como os elementos que o descrevem são comuns podem igualmente ser por todos utilizados desde que mantenham significado (semântica) equivalente para as partes envolvidas na transacção.

Neste domínio a metainformação é um auxiliar indispensável visto que possibilita a extracção ou atribuição de atributos dos recursos informativos que, sendo comuns e reconhecíveis permitem descrever o recurso e portanto

diminuir a entropia possivelmente associada à sua compreensão.

Salientemos que, enquanto a interoperabilidade ao nível normativo e tecnológico se apresenta como facilmente executável, a capacidade de atribuir a um determinado recurso um significado único ou pelo menos um conjunto finito e especificado de possíveis significados, que todos os intervenientes reconheçam de forma imediata e que lhes possibilite a reutilização desse mesmo recurso, é um objectivo dificilmente atingível.

Neste contexto a DGARQ desenvolveu, tal como neste domínio o fizeram os restantes países-membros, um esquema de metainformação destinado especificamente a facilitar a interoperabilidade semântica.

Para melhor se compreender o contexto de realização deste documento é necessário explicar que foi realizado no âmbito de um projecto coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros, projecto esse destinado a permitir a interoperabilidade de informação entre Gabinetes Ministeriais e as Secretarias-Gerais dos Ministérios que integraram a equipa de projecto. A DGARQ actuou como enti-



Neste número

- 01 • *O Documento MIP Metainformação para a interoperabilidade*
- 03 • *O Projecto Inquisição de Lisboa on-line*
- 04 • *Intervenção no Códice Medieval Uma orientação metodológica*

FUNDOS E COLECÇÕES

- 05 • *O Registo Geral de Presos*

EM DESTAQUE

- 06 • *Arquivo Histórico Militar Projecto 418/05 – da Guerra Peninsular à Regeneração (1801-1851)*

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

- 08 • *Organização e disponibilização de informação em arquivos fotográficos*
- 08 • *Disponibilizar informação na web: Problemática e desafios*

REUNIÕES INTERNACIONAIS

- 09 • *DLM-Forum Members' Meeting*
- 10 • *40.ª CITRA, Quebec 2007*

INFORMAÇÕES

- 11 • *Arquivo Distrital da Guarda*
 - *Arquivo Distrital de Vila Real*
 - *Arquivo Distrital de Beja*
 - *Protocolo de Colaboração*

AGENDA

- 12 • *Exposição ANTÓNIO MENÉRES Dos anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*

dade consultora cabendo-lhe a coordenação do aperfeiçoamento de uma macro-estrutura classificativa a partir de um documento inicialmente elaborado no âmbito do Instituto de Informática do Ministério das Finanças, e a elaboração do esquema de metainformação (MIP) vocacionado para a área semântica.

O esquema apresentado constitui um conjunto de 17 elementos de metainformação cujo objectivo primário é prover a interoperabilidade entre organismos ao nível da utilização, gestão e acesso a recursos informativos.

Um recurso é entendido como qualquer objecto informacional, contendo ou veiculando informação de diferente natureza, e que detenha identidade dentro do universo de análise.

Este conjunto de elementos é aplicável a qualquer recurso produzido ou detido por uma organização e independentemente do suporte ou formato em que é produzido, seja ele um documento de arquivo, bibliográfico, museológico, um serviço, uma referência um sítio *web*, etc.

É improvável que uma organização necessite de utilizar todos os elementos presentes. Deverá utilizar apenas – para além dos considerados obrigatórios – aqueles que considere que lhe são aplicáveis e os que considera importantes ou de aplicação significativa. Por exemplo se um organismo não dispõe de documentos bibliográficos enquanto publicações próprias, não necessitará de utilizar os subelementos que especificamente se lhes referem.

Os elementos dividem-se quanto à sua estrutura em genéricos e específicos. Estes últimos particularizam o elemento (genérico) a que pertencem.

Existem elementos contedores. Consistem em elementos que não são directamente aplicáveis. Apenas

os subelementos que os constituem são de aplicação directa. Há portanto uma relação de agregação entre dois níveis, embora nem sempre o todo se esgote nas partes constituintes. Por exemplo o elemento <título> contém dois subelementos <título atribuído> e <título alternativo>: neste caso é possível utilizar simultaneamente o <título> e o <título alternativo>, apenas o <título> ou ainda qualquer um destes individualmente.

No caso do elemento <relação> existem subelementos. Neste caso (e apenas neste) o subelemento <tipo de relação> constitui um contendor para os diversos tipos de relação que, no seu conjunto, incluem todas as possibilidades consideradas de relacionamento entre recursos.

Os elementos e subelementos contedores estão assinalados explicitamente como tal, sendo a sua designação enquadrada entre chavetas { }.

Os elementos e subelementos dividem-se quanto à sua aplicabilidade em elementos obrigatórios e elementos facultativos. Entende-se que os primeiros são essenciais para possibilitar a interoperabilidade. Entende-se também que embora haja vantagem em utilizar os elementos facultativos para o recurso ser mais completamente interpretado, a sua aplicação não é essencial para assegurar a interoperabilidade. Os elementos obrigatórios são graficamente assinalados pela cor vermelha da linha inicial.

Metodologia de elaboração do documento

Para a elaboração deste documento partiu-se do levantamento de documentos semelhantes desenvolvidos internacionalmente em diversos contextos. A primeira constatação é que não existe um único tipo

de metainformação. Muito pelo contrário, é possível encontrar dezenas de esquemas que obedecem a necessidades específicas dos utilizadores inseridos em variados contextos de actividade. O princípio orientador foi procurar elementos de referência que fossem amplamente utilizados por diversos esquemas, no sentido de procurar estabelecer um núcleo comum. Partiu-se igualmente de esquemas já normalizados como é o caso do *Dublin-Core* (ISO 15836-2003) ou da ISO 23081-1:2006, *Information and documentation – Records management processes – Metadata for records*. Foram também utilizadas especificações de requisitos funcionais, como é o caso do MoReq (www.dgarq.gov.pt). Em todos os casos observados procurou-se manter como eixo condutor a perspectiva de interoperabilidade, «enriquecida» por preocupações de autenticidade derivadas de gestão de documentos de arquivo.

O MIP foi publicamente apresentado em *workshop* organizado pela DGARQ e que teve lugar a 17 do mês de Setembro de 2007. Nessa reunião foram recolhidas sistematicamente as opiniões manifestadas pelos grupos de trabalho criados para o efeito as quais foram enquadradas numa matriz *swot*, de forma a permitir a sua exposição sintética. Embora se considere que muito trabalho há ainda a fazer, nomeadamente ao nível dos esquemas normalizados para representação dos valores dos elementos, o MIP é desde já um documento completamente utilizável, estando a própria DGARQ a incluir os seus elementos no sistema informático de gestão documental, que se encontra neste momento em instalação.

Francisco Barbedo
SUBDIRECTOR

O Projecto Inquisição de Lisboa *on-line* ■

O FUNDO DO TRIBUNAL do Santo Ofício engloba, enquanto subfundos, os Tribunais das Inquisições de Lisboa, Coimbra e Évora e cifra-se, como é sabido, em milhares de documentos de diversas tipologias. Ontem como hoje continua a suscitar grande interesse, bem expresso pela contínua procura dos leitores e pela diversidade de publicações a que dá origem.

Neste contexto, ao longo dos três séculos de vigência desta instituição, o Tribunal da Inquisição de Lisboa assume particular importância. Lisboa, porto e encruzilhada de rotas, recebe gente de muita proveniência, e, enquanto centro do poder real, é o palco, por excelência, da manifestação pública de uma política e de uma mentalidade. Para aqui convergem os casos mais gravosos e paradigmáticos que servem de exemplo e de afirmação do poder religioso e do poder político, ao país e à Europa de então. As Visitações a diferentes zonas de Portugal, aos Açores e Madeira, ao Brasil e Goa, e o exercício da actividade dos comissários e familiares do Santo Ofício, conduziam ao estreitamento da malha inquisitorial para a detenção dos culpados. Assim, esta documentação contém tal soma de informações que pode servir de base a estudos de história política, social, religiosa, económica, geográfica, etnográfica, história das mentalidades, entre outros.

A minuciosa administração que era seguida, na estrita observância de séculos, permite-nos hoje recuperar a tramitação processual e a orgânica da Instituição, e, como tudo era recolhido e anexado, traslado, anotado e verificado de várias formas, nos pro-



Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 4117

cessos e nos livros, segundo a regulamentação dos Regimentos de 1552, 1570, 1613 e 1640, e outra legislação complementar, é possível entrever o quotidiano, reescrever, em suma, a tessitura, o uso e os seus desvios.

A documentação da Inquisição do Tribunal de Lisboa que compreende cerca de 981 livros, 17 980 processos, e ainda 68 maços e 32 caixas de documentação avulsa, abrange, *grosso modo*, o tempo de permanência do Tribunal do Santo Ofício entre nós, de 1536 a 1821. Grande parte destes documentos encontra-se em mau estado de conservação e com restrições de leitura.

Em 12 de Julho do presente ano, realizou-se a assinatura de um Protocolo entre o Estado Português, através da Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ), e a REN – Redes Energéticas Nacionais, SGR, S.A., que, até ao ano de 2009, tem como objectivo a descrição normalizada da documentação pertencente ao Tribunal da Inquisição de Lisboa e a recuperação dos documentos em mau estado de conservação a fim de possibilitar a digitalização dos processos e livros que integram esse subfundo.

O acesso rápido e alargado à informação das fontes documentais, enquanto vector contemporâneo

e necessidade prioritária para a investigação, encontra uma das suas expressões significativas na execução deste Projecto.

Na prossecução do objectivo traçado, que envolve o empenho, complementar e em simultâneo, de três unidades orgânicas, estão a trabalhar grupos pertencentes à Divisão de Aquisições

e Tratamento Arquivístico (DATA), à Divisão de Conservação e Restauro (DCR), e à Divisão de Gestão de Projectos (DCP), para a disponibilização das descrições e ficheiros de imagens que estarão acessíveis na *TT Online*, em www.iantt.pt.

O grupo de trabalho da DATA tem a seu cargo, de uma forma exaustiva e sistemática e segundo a ordem sequencial da documentação, proceder à numeração dos fólios e uniformizar e completar as descrições já existentes em CALM, ou criar novas, a partir da consulta dos documentos e de acordo com o preconizado nas ODA1. Nesta conformidade elaborou *Modelos de descrição* e *Procedimentos específicos*, em constante actualização, para abranger a variedade dos casos, numa preocupação de rigor e qualidade. O trabalho desenvolvido permite, além do mais, rectificações da identificação dos documentos, a nível de inventário, definição das diversas tipologias, reconstituições pontuais, eliminação de registos duplicados (à data, 1230 registos eliminados) e apresenta uma informação fiável que possibilitará uma pesquisa diversificada, amplamente difundida.

Maria Luísa Braga

ARQUIVO NACIONAL
DA TORRE DO TOMBO

Uma orientação metodológica ■

O LIVRO MANUSCRITO MEDIEVAL representa um legado tão valioso e representativo que a sua salvaguarda como património móvel merece um momento de destaque e reflexão. Sempre que se justifica uma intervenção directa, deve ser coerente com o estado de conservação e respeitando identidade do documento enquanto objecto histórico. Um tratamento insuficiente pode originar uma estabilidade física aparente que na realidade não existe, por outro lado, uma intervenção desnecessária poderá reduzir ou subverter o carácter documental da obra, nomeadamente ao nível codicológico.

No início de 1999 alguns códices iluminados do fundo do Mosteiro de Santa Maria do Lorvão foram solicitados ao IAN/TT a fim de integrar a Exposição «A Iluminura em Portugal – Identidade e Influências» (Biblioteca Nacional). Este evento propiciou a análise do estado de conservação de certos códices e por conseguinte a decisão de realizar algumas intervenções que se limitaram, por imposição de tempo e recursos, aos códices designados por *Antiphonario* e o *Testamento Velho do Lorvão*.



[2] Acondicionamento onde se disponibiliza a «arqueologia da obra» intervencionada



[1] Tipologia adoptada na reconstituição técnica.

Ambos os Códices, de corpo pergamináceo, haviam sido reencaernados com uma tipologia que se destacava pela incoerência de elementos face à tradição medievais como a cobertura em papel, lombada e cantos em tela, empastes frágeis e pouco funcionais.

Os procedimentos regulares de conservação e de restauro – estabilização de mecanismos degradativos, consolidação de materiais fragilizados ou reparação de áreas críticas ao manuseamento – não eram suficientes para garantir uma intervenção coerente sendo então, complementados com a abordagem singular dos elementos codicológicos e a articulação de técnicas do livro antigo com materiais, ditos de conservação. [1]

De restauro passou a distinguir-se a **recuperação** de identidade, a **(re)habilitação** de elementos instáveis e a **reconstituição** técnica de sistemas primitivos. O diagnóstico é aqui valorizado pelo carácter interpretativo que adquirem os elementos estruturais e a sua alterabilidade.

A desconstrução do livro, por vezes associada ao restauro, é utilizada de forma a compreender melhor a sua **(re)construção** e integridade. É ainda uma forma de recuperar informação importante

para o utente/investigador e que, até à data, não se obtém por transferência de suporte. Trata-se da disponibilização de indícios materiais recolhidos ou registados durante o tratamento, aos quais chamamos ‘arqueologia da obra’, como é o caso das furações de costuras anteriores ou dos reforços de lombo feitos com manuscritos reaproveitados. [2]

Com o apoio de dirigentes e daqueles que contribuem para o elenco de prioridades do ANTT, já foram intervencionados 16 códices medievais do Fundo do Lorvão: num momento de charneira, a recuperação do *Antiphonario* e do *Testamento Velho*; numa fase de consolidação de conhecimentos, o tratamento do *Livro das Aves* e do *Livro das Kalendas*; num período de investimento em serviço externo com o Projecto de Recuperação de Códices da Casa Forte e actualmente integrando o contexto de obras em risco.

Inês Correia

CONSERVADORA-RESTAURADORA
(DCR/ANTT)

Bibliografia relacionada:

- Brownrigg, Linda: *Making the Medieval Book: Techniques of Production*, The Red Gull Press, Oxford 1995.
- Nascimento, Aires A. e Diogo, António D.: *Encadernação Portuguesa Medieval*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa 1984.
- Szirmai, J. A.: *The Archaeology of Medieval Bookbinding*, Ashgate, Hants 2001.

O Registo Geral de Presos ■

EM 1933, AS FUNÇÕES DE VIGILÂNCIA político-social eram exercidas pela Polícia de Defesa Política e Social, dependente do Ministério do Interior, e pela Secção da Polícia Internacional Portuguesa, da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa, tutelada pelo Ministério da Justiça e Cultos. A primeira actuava dentro do País, mais especialmente sobre nacionais, enquanto a segunda incidia sobre estrangeiros, nas fronteiras terrestre e marítima. Ainda em 1933 foi criada a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) reunindo as funções de vigilância de estrangeiros nas fronteiras e o comando das duas polícias sob a tutela do Ministério do Interior.

Sob esta tutela foi criada em 1945 a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), com os poderes e funções da PVDE, embora na lei o seu objecto e competência fossem os de uma polícia judiciária. Extinta a 25 de Abril de 1974, os arquivos foram incorporados a 30 de Junho de 1992 na Torre do Tombo.

Nos serviços de segurança da PIDE, o Gabinete de Identificação e Polícia passou a Direcção de Serviços de Investigação e Contencioso. O Registo Geral de Presos foi criado na vigência da PIDE/DGS (Direcção-Geral de Segurança).

A actividade de registo dos presos deu origem a uma série de 29 510 registos de entrada e saída de presos (148 livros), contendo dados pessoais como altura, cor, sinais particulares, nacionalidade, nome e alcunha, estado civil, profissão, naturalidade, data de nascimento, filiação, residência, número do processo de valores ou de documentos apreendidos e biografia prisional a que eram associadas fotografias. São unidades rela-

cionadas uma coleção de negativos em chapa de vidro das fotografias dos presos, e as séries Cadastros Prisionais, Ordens de Serviço, Processos-Crime e Registo de Prisão.

A digitalização da série iniciou-se com os primeiros 13 livros, sob a orientação da Dra. Anabela Ribeiro (responsável pelo Núcleo de Transferência de Suporte), no âmbito da Exposição «70 anos depois: Memória e História – Tarrafal e Guerra Civil de Espanha» patente ao público de 27 de Outubro de 2006 a 31 de Janeiro de 2007 na Torre do Tombo. A descrição arquivística juntamente com o fornecimento de metadados para a digitalização em conformidade com as «ODA1»¹ começou a 5 de Março de 2007 e terminou a 30 de Outubro de 2007, sob coordenação dos chefes de divisão da DAD e da DATA.

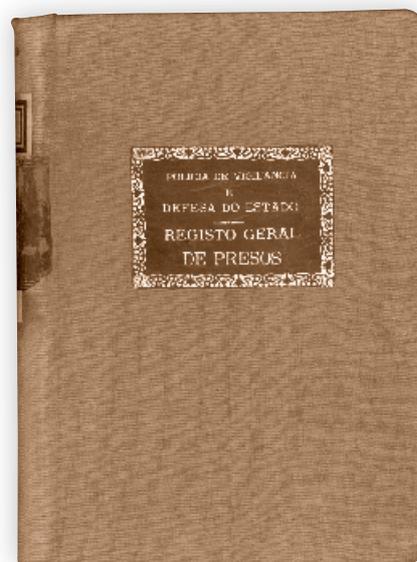
A descrição inclui para os níveis série e documento composto a Zona de identificação: «Código de referência», «Título», «Datas», «Nível de descrição», «Dimensão e suporte»; a Zona do controlo da descrição: «Nota do arquivista», «Regras ou convenções», «Data das descrições» e os elementos de informação da Zona do contexto: «História custodial e arquivística»; a Zona do conteúdo e estrutura: «Âmbito e conteúdo», «Sistema de organização»; a Zona de condições de acesso e utilização: «Condições

¹ BERGSTRÖM, Magnus [et al.] – *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*.

46.ª ed. Lisboa: Notícias, 2004. 369 p.

ISBN 972-46-0840-9.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Programa para a Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho para a Normalização em Arquivo – *Orientações para a Descrição Arquivística*. 1.ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006. ISBN 972-8107-88-9. – *Orientações para a descrição arquivística: especificações para a TT*. 1.ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006.



de acesso», «Características físicas e requisitos técnicos»; a Zona da documentação associada: «Unidades de descrição relacionadas» e a Zona das notas: «Notas». Foram também usados modelos de descrição para a apresentação dos conteúdos dos diferentes elementos.

O Registo Geral de Presos estará, oportunamente, disponível na Sala de Referência do ANTT para consulta, não sendo autorizada a reprodução de acordo com as restrições legais de comunicabilidade impostas pelo Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro e Lei 4/91, art.º 3.º, n.º 2, conjugado com o Código Civil Português (actualizado até à Lei 6/2006, de 27 de Fevereiro), Título II, Subtítulo I, Capítulo I, Secção II, Artigo 79.º.

Parte significativa dos registos foi publicada pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista em 1981 e 1987², incluindo os registos de 1932 a 1960 e um estudo estatístico sobre as prisões efectuadas no período respeitante a cada volume.

Fernando Carapinha

ARQUIVO NACIONAL
DA TORRE DO TOMBO

² Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista – *Presos políticos no regime fascista*. 1.ª ed., Lisboa: C.L.N.R.F., imp. 1981.

Arquivo Histórico Militar

Projecto 418/05 – da Guerra Peninsular à Regeneração (1801-1851) ■

NO ÂMBITO DO PROGRAMA Operacional da Cultura do Ministério da Cultura integrado no III Quadro Comunitário de Apoio que gere verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Arquivo Histórico Militar apresentou uma candidatura a um projecto de tratamento documental de alguns dos seus fundos documentais, que recebeu a designação de «Projecto 418/05 – Da Guerra Peninsular à Regeneração (1801-1851)».

O processo administrativo iniciou-se em Setembro de 2004 com a apresentação de um projecto de pré-candidatura, tendo a posterior candidatura sido aprovada em Agosto de 2005. A execução física do projecto iniciou-se em Março de 2006

tendo sido concluída em Novembro de 2007. A execução financeira teve início em Abril de 2006 ficando encerrada em Dezembro de 2007.

Os trabalhos de descrição, indexação e digitalização foram executados por uma empresa em regime de prestação de serviços mediante concurso público internacional.

O valor total do Projecto ascendeu a 315.210,00 euros, sendo a participação comunitária no valor de 172.648,43 e a contrapartida nacional de 142.561,57 euros.

Para a realização do Projecto, o Arquivo Histórico Militar seleccionou um conjunto de colecções documentais quase inteiramente manuscritas respeitantes à primeira metade do século XIX, constituído

por 1612 caixas num total de 1.330.041 imagens digitais. Toda a informação conseguida através da descrição documental e das respectivas imagens digitais será disponibilizada através da rede interna do AHM na Sala de Leitura e colocada na página da *Internet* do Exército Português, através da sua base de dados. O acesso a esse corpo informativo será público e livre, nomeadamente a reprodução digital para fins académicos e científicos ou no âmbito de outros estudos e investigações, com excepção do uso para fins comerciais.

As secções tratadas, pertencentes ao grupo de fundos da 1.ª Divisão relativa às «Campanhas na Europa e Metrópole», foram as seguintes:

SECÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADES DE INSTALAÇÃO	IMAGENS DIGITAIS	DATAS DE PRODUÇÃO
1/13	Comando do Exército pelo Conde de Goltz (1801-1807)	64	30593	1761 – 1874
1/14	Campanhas da Guerra Peninsular (1807 – 1814)	512	510706	1778 – 1898
1/15	Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão (1808 – 1814)	1	956	1808 – 1898
1/16	Comando do Exército Português pelo Marechal Beresford (1814 – 1820)	123	89568	1714 – 1828
1/17	Estabelecimento do Regime Liberal (1820 – 1823)	57	36261	1801 – 1828
1/18	Restabelecimento do Regime Absoluto (1823 – 1826)	100	61292	1823 – 1826
1/19	Carta Constitucional. Lutas Liberais (1826 – 1834)	325	273919	1741 – 1898
1/20	Governo de D. Miguel (1828 – 1834)	203	122791	1754 – 1844
1/21	Operações contra Guerrilhas Miguelistas (1834 – 1849)	20	20864	1826 – 1851
1/22	Revolução Setembrista (1834 – 1837)	54	45212	1761 – 1858
1/23	Expedição Auxiliar a Espanha (1835 – 1837)	12	9859	1822 – 1881
1/24	A Revolta dos Marechais (1837)	3	1944	1835 – 1864
1/25	Restauração da Carta Constitucional (1837 – 1844)	66	60556	1815 – 1859
1/26	Revolta de Torres Novas e Cerco de Almeida (1844)	6	6551	1840 – 1850
1/27	Maria da Fonte e Patuleia (1846 – 1847)	23	24442	1840 – 1882
1/28	Da Guerra Civil à Regeneração (1844 – 1851)	42	34527	1820 – 1860

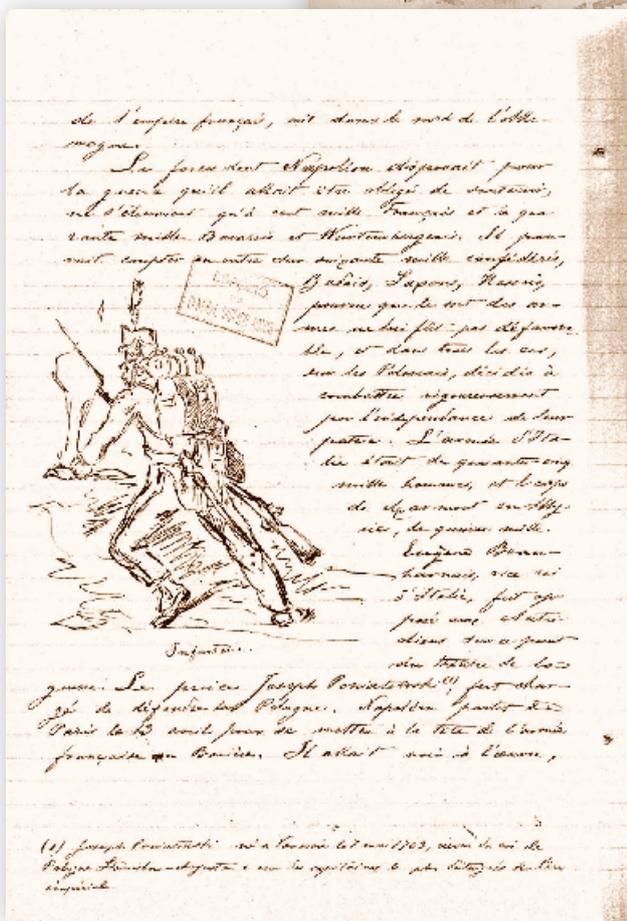
Em termos arquivísticos, a dimensão desta colecção e os prazos fixados para a sua descrição, não permitiram a organização dos documentos, determinando uma descrição de nível documento mas de carácter mais geral acompanhada pela criação de pontos de acesso ao nível da indexação. As cotas da documentação, fixadas pela organização do AHM de 1931, foram mantidas, salvo algumas excepções que exigiram intervenções ao nível do tratamento dos processos, nomeadamente a 20.ª secção relativa ao Governo de D. Miguel e a 14.ª secção relativa à Guerra Peninsular.

No tratamento informático dos dados decorrentes do desenvolvimento do Projecto foram utilizados, por um lado, as normas internacionais ISAD(G) e EAD e, por outro lado, as estruturas internacionais de metainformação, nomeadamente as da LC, NISOZ39.87 de 2002 e CEDARS que serviram de linhas orientadoras para a concepção e elaboração do esquema de metadados (metadata schema) apresentado pelo Arquivo Histórico Militar à Direcção-Geral de Arquivos que o aprovou.

O encerramento dos trabalhos teve lugar no dia 9 de Novembro de 2007 com a realização de um *workshop* nas instalações da Academia Militar em Lisboa, no qual foram apresentados os resultados obtidos com este Projecto. Procurou-se fazer coincidir esta sessão de trabalho com o início das Comemorações dos 200 anos

da Guerra Peninsular que serve de mote a alguns dos mais valiosos documentos que constituem o património do Arquivo Histórico Militar.

ARQUIVO HISTÓRICO
MILITAR



S.d.[ca. 1894]
«Infantaria (Caçadores).
Aguarela a cores, in: «Uniformes
militares portugueses – Legião
Portuguesa (1808-1813)»,
por Ribeiro Artur.
AHM/DIV/1/15/1/48-0053

S.d. «Infantaria». Desenho a p/b, in: «Notas sobre a Legião Portuguesa» (cópia), do espólio do general Ribeiro Artur. AHM/DIV/1/15/1/50-0005

Organização e disponibilização de informação em arquivos fotográficos ■

O CENTRO PORTUGUÊS de Fotografia/Direcção-Geral de Arquivos organizou, no Porto e em Lisboa, em 18 e 25 de Outubro respectivamente, um *Workshop* com o tema «Organização e disponibilização de informação em arquivos fotográficos – Relato da experiência do CPF». Estiveram presentes 75 pessoas no *workshop* do Porto e 129 no *workshop* de Lisboa.

A apresentação do projecto esteve a cargo de Silvestre Lacerda, Director Geral da Direcção-Geral de Arquivos, seguindo-se o desenvolvimento do tema genérico «Metodologias de identificação de arquivos/colecções fotográficos». Fernando Costa, Técnico do Serviço de Arquivo de Lisboa, procedeu à identificação de fundos e colecções fotográficos dando especial destaque à descrição arquivística por apresentar métodos de recolha, análise, organização e registo de informação. Exemplos de fundos geridos por este serviço de arquivo foram mencionados a par da apresentação de problemas e soluções no que respeita à identificação das imagens. Seguiu-se a intervenção de Carla Freitas, também Técnica do Serviço de Arquivo de Lisboa, que apresentou metodologias de descrição de documentação fotográfica. Esta abordagem incidu sobre instrumentos de apoio

à descrição, fornecendo exemplos de modelos utilizados pelo CPF e pelo SAL e apontando para o conjunto de normas actualmente disponíveis (nomeadamente NODAC e SEPIADES) enquanto importante recurso.

A sessão da manhã foi concluída após o debate que contou com a participação do público.

O início da sessão da tarde versou sobre «Metodologias digitalização de arquivos/colecções fotográficos» e foi iniciada com a apresentação do tema «Digitalizar para preservar», a cargo de Francisco Carvalho da MICRO-FIL, Tecnologias de Informação, S.A., empresa responsável pela prestação de serviços de digitalização de espécies fotográficas do AFP e AFL, no âmbito da candidatura ao POC do Projecto «Promoção do Acesso Público aos Arquivos de Fotografia do CPF. A abordagem versou essencialmente sobre normas adoptadas, equipamento e *software* utilizados, bem como descrição dos processos de digitalização e tratamento de imagem. Seguiu-se a intervenção de António Sousa, do Arquivo Distrital do Porto, que explicou «O Projecto DigitArq» integrado no tema genérico «Ferramentas informáticas de apoio à descrição e disponibilização de informação». Esta palestra incidu sobre a explicação do projecto enquanto importante ferra-

menta de gestão de objectos digitais e importante meio de acesso ao arquivo digital. A sessão da tarde foi encerrada com a última comunicação de apoio a este tema genérico proferida por José Carlos Ramalho do Departamento de Informática da Universidade do Minho. A palestra versou sobre a importância das ferramentas informáticas actualmente em uso ou em desenvolvimento, nomeadamente o DigitArq 2 em 2007 e o RODA 2 em 2008. A arquitectura aplicacional para a gestão de arquivos definitivos foi explicada a par das vantagens oferecidas pelas Bibliotecas e Arquivos Digitais.

Seguiu-se a todas intervenções um debate que contou com a participação do público.

A sessão foi encerrada pelo Director da Direcção-Geral de Arquivos que considerou cumprido o objectivo de dar a conhecer a metodologia seguida para tornar acessíveis ao público os arquivos/colecções de fotografia do CPF, bem como dotar os participantes de competências e saberes necessários à aplicação dos modelos nos organismos em que estão inseridos.

As comunicações proferidas durante a sessão encontram-se em www.cpf.pt

Dinora Rodrigues

Disponibilizar informação na web: Problemática e desafios ■

NO PASSADO DIA 30 DE OUTUBRO, o Centro Português de Fotografia/Direcção-Geral de Arquivos organizou no Porto, nas suas instalações, um Seminário com o tema «Disponibilizar

informação na web: problemática e desafios». Esta sessão foi frequentada por 92 pessoas e teve como objectivo identificar e debater as principais questões que se colocam à circulação de

imagens *versus* protecção do direito de autor bem como práticas a prosseguir.

A Directora de serviços do CPF, Natália Gravato, deu início aos trabalhos através de uma breve intro-

dução ao tema e apresentação dos conferencistas convidados.

Cláudia Trabuço, Professora auxiliar da Universidade Nova de Lisboa, foi a primeira interveniente do evento e proferiu a palestra «O direito de autor e a disponibilização de obras ao público através das redes digitais». Nesta comunicação esteve particularmente em causa o binómio protecção do direito de autor – protecção do direito à informação no que respeita à disponibilização de obras intelectuais através de redes digitais.

Seguiu-se a comunicação «A tensão entre a propriedade intelectual e a liberdade de acesso à informação na era digital» que esteve a cargo de Maria Eduarda Gonçalves, Professora Catedrática no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa. A palestra incidiu sobre Directivas Comunitárias e práticas dos Estados-Membros e propôs uma reflexão sobre o difícil equilíbrio

entre os direitos dos autores e a liberdade de acesso à informação.

A sessão da manhã foi concluída após o debate que contou com a participação do público.

O início da segunda sessão esteve a cargo de Inês Cordeiro, Subdirectora da Biblioteca Nacional de Portugal que desenvolveu o tema «Da referência ao conteúdo: gestão dos serviços de acesso em ambiente digital». Esta reflexão abordou os principais aspectos relacionados com o acesso à informação, fornecendo exemplos de requisitos de acesso, leitura e utilização, e apontou para possíveis estratégias de colocação de funcionalidades nos objectos digitais que não são viáveis em suportes tradicionais. A última comunicação deste Seminário foi proferida por Jorge Resende, Bibliotecário da Fundação Calouste Gulbenkian, que desenvolveu o tema «Colecções Fotográficas da Biblioteca de Arte: Políticas de Acesso e Difusão». Esta

intervenção versou sobre a experiência da Fundação Calouste Gulbenkian no que respeita às colecções que tem à sua guarda. Aspectos como digitalização, planeamento, gestão, disponibilização ao público e salvaguarda de direitos de personalidade foram abordados numa perspectiva de política institucional aliada ao cumprimento das normas actualmente em vigor.

Após a realização de debate, o encerramento do Seminário ficou a cargo do Director da Direcção-Geral de Arquivos que salientou a importância e o sentido prático desta iniciativa como forma de contribuir para o esclarecimento de uma temática de peculiar complexidade e simultaneamente desenvolver linhas de orientação e actuação para os profissionais da área e para as próprias instituições.

As comunicações encontram-se em www.cpf.pt

Dinora Rodrigues

REUNIÕES INTERNACIONAIS

DLM-Forum Members' Meeting ■

A DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS ACOLHEU A REUNIÃO do DLM-Forum que decorreu em Lisboa a 22 e 23 de Novembro último e foi acompanhada de sessões públicas onde se debateram questões relacionadas com a gestão de documentos electrónicos e interoperabilidade, os desafios da preservação digital e, ainda, o futuro dos profissionais de arquivo.

O principal ponto da agenda foi, porém, o desenvolvimento da segunda versão do MoReq – *Model Requirements for the management of electronic records* (recordamos que a primeira versão do MoReq foi traduzida para português em 2002, pelo IAN/TT e IIMF no âmbito do Programa SIADE, e encontra-se disponível em <www.dgarq.gov.pt>). A actualização do MoReq foi encomendada pela Comissão Europeia em 2006, encontrando-se o projecto actualmente em fase de conclusão após ter sido submetido a um alargado painel de revisores constituído por fornecedores de *software*, consultores organizacionais, utilizadores potenciais em diferentes sectores de actividade e arquivos nacionais de vários países, incluindo Portugal. A versão final do MoReq2, na sua versão original (inglês), estará disponível publicamente no início de 2008, esperando-se que seja adoptada como *standard* euro-

peu nomeadamente, para o desenvolvimento de *software* de gestão de documentos e para auditorias a sistemas de gestão de arquivos electrónicos.

Uma outra ferramenta divulgada neste DLM-Forum foi o documento DRAMBORA – *Digital Repository Audit Method Based On Risk Assessment* – desenvolvido no âmbito do projecto europeu DPE (*Digital Preservation Europe*) em conjugação de esforços com o Digital Curation Center do Reino Unido. Trata-se de um instrumento de apoio à auto-avaliação de repositórios digitais. No desenvolvimento do projecto, está prevista, para 2008, a acreditação de auditores internos no uso desta ferramenta.

Por último, destaca-se a apresentação do projecto em curso na DGARQ para a criação de um Repositório de Objectos Digitais Autênticos (projecto RODA), cujas soluções de desenvolvimento mereceram especial interesse de outros arquivos nacionais presentes nas sessões.

Obtenha mais informação sobre:

DLM-Forum em www.dlm-network.org/, MoReq2 em www.moreq2.eu, DRAMBORA em www.repositoryaudit.eu e RODA em <http://roda.iantt.pt>

Cecília Henriques

40.^a CITRA, Quebeque 2007 ■

PORTUGAL PARTICIPOU NA 40.^a Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos (CITRA), na sessão dos Arquivistas Nacionais e na Assembleia-Geral do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) realizadas no Quebec, entre 12 e 16 de Novembro de 2007 e nas quais estiveram presentes mais de 66 países.

Acordada entre a Direcção-Geral de Arquivos e o ICT e financiada por este último, esta participação, através de Ana Cannas, directora do AHU, resultou no reforço da presença portuguesa no panorama arquivístico internacional e das ligações com os países ou espaços da lusofonia, concretamente com os colegas presentes de Angola, Moçambique e Macau. Na sequência da Reunião do Fórum dos Arquivos de Língua Portuguesa no AHU, renovou-se, junto do Secretariado-Geral do ICA, a possibilidade de organização no próximo Congresso Internacional de Arquivos (em Julho de 2008, em Kuala Lumpur) de uma sessão relativa à partilha da informação, quanto ao património arquivístico comum, e considerando a experiência luso-brasileira.

De Portugal esteve presente também João Vieira, coordenador do Dep. Inf., Bib. e Arquivos do IHRU, na qualidade de secretário da Secção dos Arquivos de Arquitectura e do Comité Editorial da *Comma*.

Na CITRA, cuja tema foi «Cooperação para preservar a diversidade» e durante as sessões dos grupos de trabalho e dos Arquivistas Nacionais, debateram-se aspectos

técnicos, científicos e de formação dos arquivistas além de estratégias de gestão nacionais dos arquivos, a cooperação entre arquivos, bibliotecas e museus e a cooperação internacional. Discutiram-se, por exemplo: a experiência canadiana de integração institucional da Biblioteca e do Arquivo Nacionais e de parceria com museus; a cooperação regional no Pacífico ao nível da formação profissional; o portal da Associação Internacional Arquivística Francófona (PIAF); a Biblioteca Digital Mundial e a Biblioteca Digital Europeia; a necessidade dos arquivistas serem capazes de comunicar com outros profissionais e com decisores; o reconhecimento da dificuldade, mesmo em países desenvolvidos em prever os efeitos das mudanças tecnológicas na produção, caracterização, avaliação e selecção dos documentos de arquivo electrónicos para memória futura. Valerá a pena notar que, no debate, se referiu a utilidade da apresentação das dificuldades para além dos resultados positivos.

Da Assembleia-Geral, destacam-se: o apoio à proposta de David Leitch para próximo Secretário-

-Geral do ICA; a discussão e aprovação das resoluções deste CITRA; o ponto da situação quanto à reorganização interna do ICA, em termos de comunicação (novo *site*), administrativos e financeiros (mais controlo e transparência); a aprovação das alterações da Constituição do ICA criando novos cargos e o sistema e calendário das eleições com prazos entre 15 de Dezembro próximo e 15 de Março de 2008; a proposta de quotas, flexibilizada em casos de dificuldade comprovada de pagamento, e a necessidade paralela de estabelecer critérios mais justos e claros para a sua fundamentação; a adopção do dia 9 de Junho como Dia Internacional dos Arquivos (data da fundação do ICA, fará 40 anos em 2008); a apresentação do programa do próximo Congresso do ICA, em Kuala Lumpur, Malásia em Julho de 2008 e o anúncio do seguinte, em Brisbane, Austrália, Agosto de 2012.

Finalmente, a AG debateu e aprovou as resoluções, que incidiram sobre os tópicos a seguir referidos e cujo texto integral pode ser consultado no *site* do ICA <http://www.ica.org>:

1. Relações entre arquivos, bibliotecas e museus.
2. Biblioteca Digital Mundial.
3. Arquivos em museus e bibliotecas.
4. Comercialização de arquivos privados.
5. Competências profissionais.
6. Prevenção de desastres em arquivos.
7. Medidas contra roubos.
8. Prevenção a longo prazo dos documentos de arquivo digitais.
9. Declaração Universal sobre Arquivos.

Ana Cannas

DIRECTORA DO ARQUIVO HISTÓRICO
ULTRAMARINO



INFORMAÇÕES

Arquivo Distrital da Guarda ■

DECORREU NO PASSADO DIA 28 DE NOVEMBRO NA SALA POLIVALENTE do Arquivo Distrital, repleta de profissionais e alunos, a Jornada «Da preservação do documento à preservação da Informação».

Esta iniciativa foi organizada pelo Arquivo Distrital da Guarda em colaboração com as Câmaras Municipais de Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Meda e Pinhel. A sessão de abertura foi presidida pelo Sr. Director – Geral da DGARQ, Dr. Silvestre Lacerda.

Das comunicações apresentadas pelas oradoras: Dra. Luísa Cabral; Dra. Anabela Ribeiro e Dra. Manuela Pinto, salienta-se:

- Preservação dos documentos em suportes tradicionais, importância da definição de um plano/programa de preservação, em que se envolva transversalmente toda a instituição,
- Transferência de suportes – microfilmagem e digitalização como meio de preservação de originais, de gestão de recursos, de informação e acesso.
- Preservação da informação em ambiente digital. Os benefícios da interactividade das novas tecnologias, vantagens da agregação da informação, que o sistema analógico não permite. A obrigatoriedade de concepção e desenvolvimento do sistema de gestão de informação.

Oportunamente as comunicações serão disponibilizadas no *site* do Arquivo Distrital da Guarda www.adguarda.pt.

Cecília Lança Falcão

Arquivo Distrital de Vila Real ■

PROMOVIDA PELA DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE DA APBAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), decorreu no Arquivo Distrital de Vila Real, uma jornada técnica denominada «Avaliação e selecção documentais: processo contínuo e sistemático».

Orientada por Paulo Mesquita Guimarães, a iniciativa teve o apoio do Arquivo Distrital e contou com a participação de perto de uma centena de técnicos superiores de arquivo, técnicos profissionais de arquivo e pessoal envolvido em processos de selecção documental, oriundos de todo o continente, Madeira e Açores.

A acção visou, essencialmente, orientar os formandos nos processos de diagnóstico, avaliação e selecção de massas documentais e a elaboração de relatórios de avaliação e de autos de eliminação e superou todas as expectativas a nível de participantes. ◇

Protocolo de Colaboração ■

CELEBROU-SE, NO PASSADO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2007, UM PROTOCOLO de Colaboração entre a Direcção-Geral de Arquivos, o Arquivo Distrital de Portalegre e o Instituto Politécnico de Portalegre.

Nos termos do referido acordo, o Arquivo Distrital de Portalegre cederá ao IPP o equipamento de microfilmagem e controlo de qualidade de microfílmes prestando, simultaneamente, apoio técnico no decurso do processo de transferência de suporte. Em contrapartida, o Instituto Politécnico disponibilizará ao ADPTG assistência técnica na área de informática e dois estagiários do Curso de Engenharia Informática, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, para construção do seu *web site* oficial.

Arquivo Distrital de Portalegre

Arquivo Distrital de Beja ■

O ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA, realizou, nos dias 19 e 20 de Novembro, o Seminário «Documentos Electrónicos: implicações na gestão e preservação».

O Seminário, orientado pelo Dr. Luís Corujo, realizou-se no âmbito das reuniões do Grupo de Trabalho das Câmaras Municipais do Distrito de Beja, que conta com a regular participação dos técnicos superiores e profissionais de arquivo do Distrito e contou com a colaboração da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Beja. Dada a importância programa temático a tratar, optou-se por alargar a participação às chefias e aos técnicos de informática das Câmaras Municipais, que aceitaram aderindo em elevado número.

As temáticas abordadas centraram-se na Gestão de documentos electrónicos e Sistemas Electrónicos de Gestão de Documentos, e ainda a Preservação Digital, tendo sido feita alusão aos seguintes documentos:

- Especificação MoReq (Modelo de Requisitos para a gestão de arquivos electrónicos);
- Guia para a elaboração de cadernos de encargos e avaliação de *software* de Sistemas Electrónicos de Gestão de Arquivos;
- NP 4438 (Gestão de Documentos Electrónicos);
- Estudo ICA 16
- Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas;
- Metainformação para a Interoperabilidade;
- Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS). ◇

AGENDA

Exposição

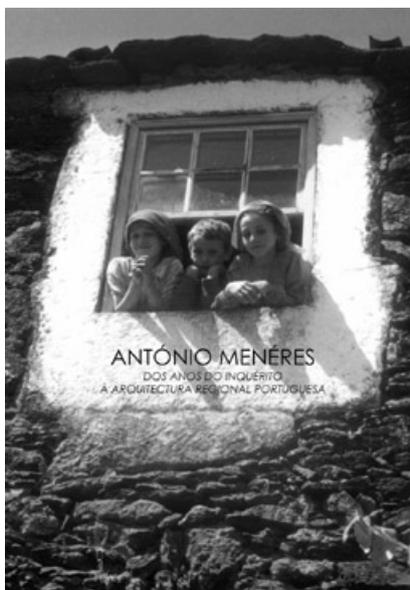
11 DE JANEIRO A 22 DE FEVEREIRO DE 2008

António Menéres

Dos anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa

TENDO POR BASE UMA SELECÇÃO de fotografias (70) realizada a partir do *arquivo profissional do arquitecto António Menéres*, o documento que se apresenta ao público no mês de Janeiro de 2008 tenta dar a conhecer uma certa realidade arquitectónica, antropológica e etnográfica do Portugal Contemporâneo, através de um percurso fotográfico resultante da acção do arquitecto acima mencionado enquanto membro da equipa da Zona 1 do *Inquérito* produzido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos no final dos anos 50 e tornado público no ano de 1961.

Apesar de se basear num suporte impresso – texto e fotografia – a mostra tenta ser, no seu conjunto, um documento oral que nos dá conta da imagem não erudita de um país e, assim, ao longo da transcrição de uma conversa de duas horas entre o autor e o arquitecto António Menéres, *falar*, a propósito dessas mesmas imagens, de um património construído e humano que urge salvaguardar e, sobretudo, transmitir e publicar. O resultado deste trabalho é uma



exposição itinerante acompanhada de um Livro / catálogo que fixa e amplia a dimensão do material expositivo.

Esta iniciativa é igualmente apoiada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) e pelo jornal «O Primeiro de Janeiro» e, após ter estado exposta na FAUP entre os meses de Junho e Julho e no Arquivo Distrital de Braga / Unidade Cultural da Universidade do Minho nos meses de Outubro e Novembro, continua

a sua itinerância pelos arquivos nacionais – resultado do reconhecimento do mérito do trabalho e da importância da divulgação do documento final produzido a um leque mais alargado de públicos – com passagens previstas durante o ano de 2008 para o Centro Português de Fotografia e Arquivos Distritais de Vila Real, Bragança, Castelo Branco, Leiria, Évora e Faro.

A abertura terá lugar no dia 11 de Janeiro de 2008 estando programada uma sessão para o mesmo mês em data a anunciar oportunamente na qual, para além do debate em torno dos conteúdos da mostra se alargará o âmbito da discussão tendo em conta a selecção de documentos relacionados com o tema existentes no espólio da Torre do Tombo que estarão também em exposição, seguindo uma prática habitual da instituição que recebe este evento.

Mário João Mesquita

ARQUITECTO DOCENTE
DA FACULDADE DE ARQUITECTURA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DOUTORANDO EM PROJECTO
E HISTÓRIA DA CIDADE

Direcção-Geral de Arquivos

Alameda da Universidade – Lisboa
Tel. 217 811 500 | fax 217 937 230 | greco@iantt.pt
www.dgarq.gov.pt | 2.ª a 6.ª das 10:00h às 19:00h
Sábado das 10:00h às 12:15h